

Josemar Gonçalves



O presidente da Constituinte se diz inclinado a convocar os suplentes dos faltosos

Ulysses muda calendário e abril terá 40 sessões

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), estabeleceu ontem um novo calendário, que prevê 40 sessões, em abril, para os trabalhos da Assembleia. Haverá sessões nas tardes de segunda e de terça-feira. Ficando as manhãs reservadas para reuniões de lideranças e de grupos representativos. As quartas, quintas e sextas-feiras, haverá sessões matutinas, a partir das 9h30, e vespertinas, que terminarão às 22h00. Haverá sessões nos fins de semana, dias 9 e 10, e depois dias 23 e 24, também de manhã e de tarde.

Desde o início das votações no plenário da Constituinte, até o úl-

timo dia 23, foram apreciados destaques, fusões e emendas coletivas que resultaram na aprovação de 773 dispositivos. Estão faltando ainda 1.038 proposições a serem apreciadas.

Segundo cálculos da Mesa da Constituinte, confrontando o novo calendário com a média das votações já realizadas, seriam necessárias mais 40 sessões, com uma média aproximada de 26 dispositivos por cada uma até o término da votação em primeiro turno.

Demissionário

Ao divulgar o calendário de sessões, depois de presenciar em

plenário o recorde de 500 ausências, o presidente da Assembleia, advertiu os faltosos de que, quem ficar em casa, na empresa, no campo, na fábrica, na rua, em qualquer lugar que não seja no plenário nos dias de votações, "é demissionário da Constituinte". Ele admitiu que a Mesa deverá adotar uma fórmula de convocação dos suplentes, que poderão substituir os faltosos persistentes até a promulgação da futura Constituição.

Ele fez um apelo veemente para que, a partir da próxima segunda-feira, os parlamentares realizem o "Mutirão Constituinte, para construir a casa da democracia, que é a Constituição".

D. Paulo critica Assembleia

São Paulo — O cardeal D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo metropolitano, afirmou ontem que a soberania, da Assembleia Nacional Constituinte foi "arranhada". Segundo o cardeal, "membros da Constituinte se deixaram intimidar", na votação de importantes tópicos da nova Constituição, sobretudo nas questões referentes ao sistema de governo e ao período de mandato do presidente José Sarney. D. Paulo revelou ainda que o povo está escandalizado com as "negociações infundas e as barganhas que envolvem constituintes", além das constantes interrupções das sessões, devido as faltas dos deputados.

As afirmações do cardeal foram feitas na sede da cúria metropolitana, durante a divulgação de sua mensagem de Páscoa deste ano. Num trecho da mensagem, D.

Paulo destaca que "a corrupção, os desniveis salariais, a violência e o consumo crescente de drogas acabaram esgotando as reservas de paciência do povo. O País perdeu a credibilidade diante de sua própria gente". Mais adiante, o cardeal conclama o povo: "É hora de recomermos tudo, em novo espírito, buscando os caminhos mais adequados". Um desses caminhos, segundo o cardeal, é a própria Assembleia Constituinte.

D. Paulo declarou, no entanto, não acreditar que tenha ocorrido pressões diretas de militares, durante a votação do sistema de governo e do mandato do Presidente. Ele qualificou essas supostas pressões de "fantasmas". O arcebispo não quis se manifestar sobre qual seria o período ideal de mandato para Sarney, afirmando apenas que defende a soberania da Constituinte.

Substituir os ausentes

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, anunciou ontem que está estudando a adoção de medidas que obriguem os constituintes a comparecerem às votações, inclusive a possibilidade de substituição dos faltosos pelos seus suplentes. "O deputado na próxima segunda-feira, reúne a Mesa da Constituinte a fim de tomar uma decisão sobre o assunto.

Ulysses explicou que a presidência recebeu reiterados apelos no sentido de que garanta o quórum nas votações e que a sugestão que tem reunido a preferência dos constituintes é a convocação dos suplentes dos ausentes. No caso da adoção da medida, a suspensão poderá ser temporária ou até mesmo, nos casos mais graves, o afastamento do titular até a promulgação da nova Constituição.

O Regimento Interno da Constituinte é omissivo quanto às sanções aos parlamentares ausentes. A atual Constituição, no entanto, pune com a perda do mandato o deputado ou senador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, a um terço das sessões ordinárias da Câmara ou do Senado, salvo nos casos autorizados pela respectiva Casa.

O presidente da Constituinte tem sobre sua mesa projeto de resolução do deputado Adroaldo Streck (PDT-RS) que prevê a substituição do constituinte pelo seu suplente, nos casos de

três faltas consecutivas às sessões ordinárias e cinco alteradas durante um mês.

Segundo o deputado Olívio Dutra (PT-RS) a ausência dos constituintes às sessões é intencional e está sendo montada pelas forças interessadas em impedir as eleições municipais e presidenciais este ano. Sobre a convocação dos suplentes, Dutra disse a medida vai fazer retornar à Constituinte os habituais faltosos que não vão querer ceder seus lugares aos suplentes, que muitas vezes são seus adversários políticos.

Descontos

Se depender do deputado Mauricio Fruet (PMDB-PR) os constituintes faltosos aos trabalhos da Constituinte, cujo número tem determinado o adiamento de diversas sessões por falta de quórum, serão descontados em seus subsídios e poderão perder o mandato. Fruet entregou ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, projeto de resolução de sua autoria, em que propõe que a falta a sessão da Constituinte seja punida com desconto de uns 30% do subsídio mensal do Constituinte faltoso, exatamente como acontece com ostrabalhadores que não comparecem aos seus empregos. O projeto prevê também que falta a três sessões consecutivas ou cinco intercaladas seja punida com a extinção do mandato do ausente.

Covas combate prorrogação dos mandatos

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), afirmou ontem não saber a quem interessa a prorrogação do mandato dos prefeitos, mas a quem não interessa: "não interessa ao País, à democracia e à decência", frisou. Para Covas, o argumento de que não haverá tempo para regulamentar as eleições não passa de "uma desculpa" inventada por quem não quer o pleito. "É ver chifre em cabeça de cavalo", reclamou ele.

Segundo Covas, não havendo tempo para regulamentar as eleições com base no que já foi determinado pela Constituinte, devem permanecer os prazos já existentes, sem nenhuma alteração. Ele observou que já há um dispositivo de autoria do deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA), a ser votado na Constituinte, determinando que não havendo tempo para regulamentar as eleições nos municípios, as providências serão tomadas pelos tribunais regionais eleitorais. "Mas nem essa emenda do Genebaldo eu não sei se é necessária", enfatiza ele, observando que, enquanto não se faz uma nova regulamentação, "deve permanecer o que já está regulamentado".

"Não existe, em política, algo mais indigno do que prorrogar mandatos", prosseguiu o senador, que disse não saber quais os interessados, na Constituinte, em promover essa prorrogação.

Projeto

O deputado Adilson Motta, (PDS-RS), apresentou projeto de lei à Câmara estabelecendo normas para eleição, no próximo dia 15 de novembro, de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores. Pelo projeto, as convenções para deliberação sobre coligações partidárias e escolha de candidatos serão realizadas entre 16 de maio e 15 de junho e o requerimento de registro deverá dar entrada na Justiça Eleitoral até 30 de junho. O registro de candidatos a prefeito e vice-prefeito, pelo projeto, será feito em chapa única e indivisível, ainda que a indicação resulte de coligação partidária.

Brossard afasta o risco de adiamento

Porto Alegre — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, descartou ontem qualquer possibilidade de adiamento das eleições municipais este ano. "Já é tempo de nos acostumarmos a cumprir a lei", observou o ministro. Na sua opinião, não existe qualquer motivo para a prorrogação dos mandatos. "Assim como entendo que não se pode reduzir o mandato do presidente José Sarney, não admito que se queira prorrogar o dos prefeitos", complementou Brossard.

O ministro interpretou como um desafo as declarações do presidente Sarney de que há pessoas que querem levá-lo à renúncia ou ao suicídio. "Há um grupo que, em relação ao Presidente, parece que desejaria mesmo a sua eliminação, chegando até mesmo a requintes de grosseria", destacou Brossard. Para o ministro, "essa baixa de sentimentos não é própria dos brasileiros".

"Estas manifestações partem de uma fração molecular do País, pois a sociedade brasileira, na sua média, recebe o Presidente com confiança e alegria. Aliás, nestes três anos, o Presidente tem revelado uma paciência e uma tolerância inextinguíveis", disse.

Ibsen quer definir eleição municipal

Porto Alegre — Ao acusar "pequenos grupos com grandes interesses" como os responsáveis pela proposta de adiamento das eleições municipais, o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, informou que já tem o apoio da maioria das lideranças de outros partidos para definir um projeto comum que regulamente a escolha de prefeitos e vereadores em 15 de novembro. "Não há uma força política significativa que tenha poder para determinar o adiamento e por isso não existe risco", acrescentou Ibsen.

O líder do PMDB pretende estudar durante o fim de semana os três projetos que já tramitam no Congresso — de autoria de deputados do PMDB, do PDS e do PCB — para viabilizar um acordo amplo. Para Ibsen, será preciso definir questões como o prazo da propaganda eleitoral, o de filiação e a questão das coligações.